

EDITORIAL

Em seu primeiro volume de 2011, a revista *Ambiente & Sociedade* traz 12 artigos, relatando e discutindo experiências internacionais e nacionais e, nesse caso, sobre estudos desenvolvidos na região sudeste, nordeste e sul do país. Dentre os temas abordados estão: serviços ambientais e manejo de recursos naturais, com foco na gestão compartilhada e na governança; recursos genéticos – uso e regulamentação; gestão de recursos hídricos; mudanças climáticas; educação ambiental; participação; relações entre sociedade e ambiente; e integração de saberes. Traz ainda uma resenha de Guilherme da S. Ribeiro sobre o livro de John Bellamy, “A ecologia de Marx: materialismo e natureza”.

O primeiro texto, de autoria de Ingrid Cabral Machado, Nivaldo Nordi, Marcelo Barbosa Henriques, Thaís Almeida Cardoso e Orlando Martins Pereira, “A integração da pesquisa ao conhecimento ecológico local no subsídio ao manejo: variações no estoque natural da ostra de mangue *crassostrea* spp. na reserva extrativista do Mandira, Cananéia-São Paulo, Brasil”, descreve uma experiência de integração entre conhecimento científico e comunitário na Reserva Extrativista do Mandira, em Cananéia, São Paulo, como subsídio ao manejo da ostra de mangue.

O segundo texto, “Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: elementos para um programa nacional” é de autoria de um conjunto de autores de diversas instituições de ensino e pesquisa brasileiros, Cristiana S. Seixas, Daniela C. Kalikoski, Tiago Almudi, Vandick S. Batista, Adriane L. Costa, Hugo L. Diogo, Beatrice P. Ferreira, Célia R.T. Futexma, Rodrigo L. Moura, Mauro L. Ruffino, Rodrigo de Salles e Ana Paula G. Thé. Apresenta resultados de uma oficina realizada em Tamandaré, Pernambuco, e trata de vários projetos de pesquisa-ação com potencial de contribuir para a incorporação da gestão compartilhada em políticas públicas relativas ao uso de recursos pesqueiros no Brasil, que identificaram: (i) fatores impulsionadores/oportunidades e (ii) limitações/dificuldades enfrentadas na gestão compartilhada, e (iii) Linhas de pesquisa e ações para subsidiar a construção do programa nacional.

Laura Isabel Castellanos Camacho, da Fundación Universitaria del Area Andina (Centro de Investigación y Desarrollo), Bogotá, Colômbia, apresenta em “Conocimiento etnobotánico, patrones de uso y manejo de plantas útiles en la cuenca del río Cane-Iguaque (Boyacá - Colombia); una aproximación desde los sistemas de uso de la biodiversidad” O estudo sobre o conhecimento etnobotânico na utilização da biodiversidade na bacia do rio Cane-Iguaque (Boyacá – Colômbia) analisa consequências da inclusão de mercadorias provenientes de outras culturas para o

suprimento de demandas locais. O artigo mostra que houve uma perda do conhecimento etnobotânico e deterioração dos valores culturais. A inclusão de mercadorias provenientes de outras culturas tem substituído o uso de espécies nativas por espécies de origem exógena, suprimindo as demandas mais importantes, tais como lenha, madeira com fins medicinais.

Em “Bem comum e normas costumeiras: a ética das águas em comunidades rurais de Minas Gerais”, Flávia Maria Galizoni e Eduardo Magalhães Ribeiro analisam a noção da água como bem comum, investigando dentre populações rurais de Minas Gerais, em quais bases essa concepção se fundamenta, bem como a plasticidade de culturas locais ao gerir comunitariamente recursos hídricos.

O texto “Uma análise sistêmica do princípio do protetor-recebedor na institucionalização de programas de compensação por serviços ambientais”, de autoria de Haide M. Hupffer, André R. Weyermuller e William G. Waclawowsky, analisa sob uma perspectiva sistêmica e autopoietica, instrumentos econômicos, com destaque para o princípio do protetor-recebedor, tratando a adoção de programas de pagamento por serviços ambientais que favoreçam práticas voluntárias de proteção ambiental.

O sexto texto, de autoria de Mauricio de Almeida Voivodic e Luiz Carlos Beduschi Filho. “Os desafios de legitimidade em sistemas multissetoriais de governança: uma análise do Forest Stewardship Council”, analisa os desafios do processo de construção e manutenção de legitimidade na governança, a partir do sistema de certificação florestal *Forest Stewardship Council* e mostra como sistemas voluntários de certificação passaram a ocupar posição de destaque no debate sobre sustentabilidade. Na ausência de autoridade governamental, estes sistemas constroem e mantêm legitimidade através do apoio político dos diferentes grupos da sociedade civil que participam em um determinado mercado.

Em “Crédito Rural e Código Florestal: irmãos como Caim e Abel?”, Alexandre T. Igari e Vânia R. Pivello apresentam uma reconstituição histórica do processo de criação da lei do crédito rural e do novo código florestal, nascidos do mesmo berço em 1965, traçando um paralelo sobre seus objetivos e forças políticas que os conceberam, e analisando os impactos gerados sobre a produção agrícola nacional, a conservação ambiental e o desenvolvimento social no campo.

“A construção de cenários da relação homem-natureza sob uma perspectiva sistêmica para o estudo da paisagem em fazendas produtoras de madeira no planalto norte catarinense”, de Deysi Regina Três, Ademir Reis e Sandro Luis Schlindwein, apresenta e discute, por meio de uma abordagem sistêmica, as transformações da paisagem do planalto norte catarinense em diferentes cenários e os desdobramentos que a relação homem-natureza produziu para a prática da conservação e restauração da paisagem.

O artigo “Percepción al cambio climático y a la gestión del agua: aportes de las estrategias metodológicas cualitativas para su comprensión” de autoria de Rafaela Retamal, Jorge Rojas e Oscar Parra, do Centro EULA da Universidad de Concepción no Chile investiga o uso de estratégias metodológicas qualitativas para a compreensão da percepção sobre as mudanças climáticas e gestão da água.

Em “E se eu não quiser participar? o caso da não participação nas eleições do comitê de bacia do rio São Francisco”, Vanessa Empinotti propõe uma reflexão sobre o entendimento do conceito de participação e de não participação, a partir da análise do comitê de bacia hidrográfica do rio São Francisco e processos de decisão relacionados ao uso da água nessa região.

Carlos H. Saito problematiza os desafios postos aos gestores públicos quanto à necessidade de gerir recursos para apoio a projetos de educação ambiental relacionados à gestão de recursos hídricos, no texto “As mútuas interfaces entre projetos e ações de educação ambiental e de gestão de recursos hídricos: subsídios para políticas de estado”.

O último artigo deste número, de autoria de Nilo L. Saccaro Junior, “A regulamentação de acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios: disputas dentro e fora do Brasil”, discute a evolução das normas nacionais e internacionais que regulamentam o acesso aos recursos genéticos, delineando um panorama com os principais pontos de conflito, as lacunas na legislação e as iniciativas já existentes para resolvê-los, ressaltando o papel de destaque do Brasil.

Informamos ainda que os novos editores de Ambiente e Sociedade, que assumem efetivamente suas funções neste número, são Pedro Roberto Jacobi, José Augusto Pádua, Julia Guivant e Marcel Bursztyn. Aos colaboradores e leitores de A&S fica reiterado o importante desafio de tornar a revista, agora unicamente em versão digital, um canal de comunicação com todos os programas acadêmicos e instituições de ensino e pesquisa que compõem a ANPPAS, ampliando-se a toda a crescente comunidade dos que estudam a relação entre ambiente e sociedade.

Consideramos que a Revista é um meio para que autores vinculados na qualidade de professores, alunos e parcerias aluno/professor apresentarem ao público brasileiro e internacional a produção interdisciplinar que a caracteriza desde o seu início.

Também gostaríamos de ressaltar a importância de receber artigos de autores na esfera internacional, lembrando que a revista recebe artigos em três idiomas, português, espanhol e inglês e que os artigos são publicados na língua original.

Como estamos nos aproximando da reunião Rio + 20 também gostaríamos de estimular os autores a enviar artigos que abordem questões correlatas à agenda do evento.

Finalmente informamos aos nossos leitores e colaboradores que a submissão a partir do mês de setembro é feita diretamente pelo sistema Scielo. Aproveitamos a oportunidade para agradecer o indispensável apoio da Cubo Editora nos vários anos que desenvolveu suas atividades junto à Revista Ambiente & Sociedade.

Desejamos boa leitura.

Os editores